

ARTIGO ORIGINAL

ROCHA, Bruna Eduarda ^[1], FAVERO, Suelen ^[2], SOUZA, Wylana Cristina Alves De ^[3]

ROCHA, Bruna Eduarda. FAVERO, Suelen. SOUZA, Wylana Cristina Alves De. Caminhos e desafios da inclusão na Educação Infantil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 02, Vol. 11, pp. 179-194. Fevereiro de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/caminhos-e-desafios>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/caminhos-e-desafios

Contents

- RESUMO
- 1. INTRODUÇÃO
- 1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
- 1.2 A INCLUSÃO ESCOLAR
- 1.3 PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS
- 1.3.1 O AUTISMO
- 2. A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL
- CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS

RESUMO

A presente pesquisa trata-se da inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil. A mesma tem como objetivo discutir a inclusão destes alunos na educação infantil compreendendo seu processo e descrever as mudanças necessárias na escola para que esta se estabeleça, reconhecer as principais deficiências ocorridas na Educação Infantil em um Município do norte do Rio Grande do Sul (RS). A pesquisa surgiu como origem de uma experiência pessoal das autoras ao presenciar a dificuldade das crianças com deficiência na Educação Infantil. Tal tema é de relevante interesse tanto para os pais quanto para professores, pois, condiz com realidade de todos os que estão envolvidos nas áreas da educação, a participação do cidadão começa no espaço escolar, é lá que ele se prepara para

a vida em sociedade, onde adquire conhecimentos e desenvolve habilidades. A pesquisa desenvolvida é de cunho bibliográfico, sendo que, para efetivação da mesma, foi reunido um amplo material sobre o tema objeto de escolha. Embora tanto se fale no assunto, que as pessoas com deficiência representem um quarto da população brasileira, muito ainda se tem a fazer, visto que a inclusão não está acontecendo conforme a legislação estabelece. Mesmo diante de tal constatação, a inclusão se faz possível e recomendável. Para isso deve haver empenho e comprometimento de todas as partes envolvidas.

Palavras-Chave: Educação Infantil, deficiência, criança.

1. INTRODUÇÃO

Embora tanto se fale no assunto, que as pessoas com deficiência representem um quarto da população brasileira, muito ainda se tem a fazer, visto que a inclusão não está acontecendo, conforme a legislação estabelece. É preciso que haja o querer de todos, governantes, sociedade, diretores e coordenadores e até mesmo professores. A participação do cidadão começa no espaço escolar, é lá que ele se prepara para a vida em sociedade, onde adquire conhecimentos e desenvolve habilidades que na fase adulta irão contribuir para o ingresso no mercado de trabalho.

Sabe-se que a temática inclusão, já não é mais novidade na sociedade em que vivemos, é o foco de congressos, manifestações e estudos. Conforme o último levantamento do IBGE (2010), o Brasil possui 45.606.048 pessoas com deficiência, o que corresponde a 23,9% do total da população recenseada pelo Censo Demográfico 2010.

Deste modo, no presente estudo, buscou-se discutir alguns elementos, referentes a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar, com enfoque na Educação Infantil, bem como até que ponto o processo de inclusão ocorre efetivamente neste espaço. A escola tem realmente estrutura? Os professores estão habilitados a atender as crianças com deficiências? Como deve acontecer a inclusão escolar? Crianças com algumas limitações, precisam ter uma atenção muito maior no processo de ensino e no seu dia a dia? Frente a estes questionamentos e inquietações, surge a questão, problema deste estudo: como acontece a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil?

Para o desenvolvimento do presente trabalho tem como objetivo principal discutir a inclusão de alunos com deficiência na educação infantil. Os objetivos específicos: compreender o processo de inclusão de alunos, descrever as mudanças necessárias na escola para que a inclusão se estabeleça. Reconhecer as principais deficiências, ocorridos na Educação Infantil no Município do Norte do RS. Propor ações que aperfeiçoem o convívio escolar e social de forma que favoreçam o processo de construção de aprendizagem.

Sob os aspectos metodológicos o estudo caracteriza-se de cunho bibliográfico, exploratório e descritivo, tendo como subsídios documentos, legislações e estudos referentes ao tema. A pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico, e tem como objetivo, buscar soluções para um problema, pode ser caracterizada como uma revisão teórica ou bibliográfica. Para Boccato (2006, p. 266):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A organização do referencial teórico apresenta-se em três seções, sendo que na primeira aborda-se a História da Educação Infantil, em um segundo momento A Inclusão Escolar, o conceito de inclusão escolar, aspectos legais, sociais e educacionais, bem como as principais deficiências identificadas; o segundo, se refere a Inclusão na Educação Infantil e quais as contribuições para que a Escola possa receber adequadamente os alunos com deficiência.

1.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da Educação Infantil no Brasil teve início a partir do século XIX conforme Dechini; Ferreira; Silva, (2013, p.32) “onde até então a responsabilidade era apenas da família”. Na Revolução Industrial no século XVIII surgiu a necessidade das EMEIS, o Brasil não tinha muita

preocupação em cuidar e educar as crianças a visão era ajudar as mulheres que trabalhavam fora, para família de baixa renda, as mães precisavam trabalhar fora, para ajudar no sustento de sua família.

No século XX, o número de creches e Jardim começa a crescer, regulamentado a mão de obra feminina as próprias empresas, precisaram montar creches para atender os filhos de funcionárias enquanto elas estivessem trabalhando. E quem frequentava as creches eram crianças com a situação econômica menos favorável, enquanto a classe alta ocupava os jardins de infância (DECHINI; FERREIRA; SILVA, 2013).

A intenção de colocar as crianças na escola infantil foi preparar as crianças de classe social menos favorável para poder acompanhar as demais crianças ao longo do ensino da primeira à quarta série. A Educação Infantil passou ser reconhecida como parte do processo educativo, passou a se destacar nas discussões respeitando a formação dos profissionais que atuam nessas áreas. A educação veio para desenvolver uma melhor aprendizagem, que proporciona às crianças ao longo de sua vida escolar, tornando-se suas experiências mais significativas (BRASIL, 1998).

Na Educação Infantil, a organização das turmas é feita conforme as idades das crianças, conforme é exigido pelas leis, a base do ensino no trabalho em sala de aula são: identidade e autonomia, movimentos, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, junto à matemática. Essa é a base de estrutura de ensinamento na Educação Infantil.

Assim, as crianças estabelecem capacidade que desenvolvem com ações formadas pelo ensino planejado, apresentando uma construção da aprendizagem conforme a faixa etária, e elas aprendem a conviver com várias outras crianças. Como afirma, Brasil, (1988, p. 48).

As capacidades de relação interpessoal estão associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura etc.

As capacidades de inserção social estão associadas à possibilidade de cada

criança perceber-se como membro participante de um grupo de uma comunidade e de uma sociedade.

Para que se possa atingir os objetivos é necessário selecionar conteúdos que auxiliem o desenvolvimento destas capacidades.

Quando a criança inicia a sua caminhada na escola de educação infantil, existe à visita na escola e uma pequena entrevista para tentar fazer uma adaptação mais tranquila com os pequenos, todos os pais ficam nervosos em deixar as crianças sob os cuidados da escola. Algumas crianças chegam até a educação infantil através do Conselho, muitas vezes não têm os devidos cuidados dos seus responsáveis, e vivem em situação de vulnerabilidade, podendo na escola estar mais bem alimentada e cuidada de modo que possa ter um bom desempenho.

1.2 A INCLUSÃO ESCOLAR

Ao olharmos as escolas, cada dia mais se percebe que o tema, inclusão vem sendo uma preocupação de professores e governantes. Ao mesmo tempo, constata-se que muito ainda se tem a fazer, pois, a inserção deve ser integral. O processo deve conjugar as diferenças na totalidade da escola, exigindo uma transformação diária, trazendo novas maneiras de organização escolar, tendo como objetivo o pensar e fazer a educação.

A inclusão destaca a importância de se ter uma visão profunda sobre os indivíduos que têm deficiência, é uma batalha incansável de uma minoria que anseia por seus direitos. Se hoje lutamos constantemente pela inclusão é porque persiste e encontra-se a exclusão (CARVALHO, 2004).

A preocupação com as pessoas com deficiência no Brasil, vem do tempo do Império conforme o Brasil (2008), as primeiras ações voltadas à inclusão iniciaram no século passado, através de duas instituições: a escola para cegos em 1854 e para surdos em 1857, ambas no Rio de Janeiro. Já no século XX em 1926, é fundada a instituição especializada em deficiências mentais. Em 1945 foi criado o atendimento especializado para superdotados, e em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. No ano de 1961 o atendimento educacional as pessoas com deficiências são descritas na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei n.º 4.024/61, que aponta o direito destes indivíduos à educação, preferencialmente incluso do sistema geral de ensino.

No ano de 2001, dando continuidade aos avanços quanto as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, veio a Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), a qual determina em seu artigo 2º, a organização das escolas para receber e dar as condições necessárias para uma educação de qualidade. No mesmo ano, o Plano Nacional de Educação – PNE – Lei 10.172/2001, vem corroborar com a Resolução ao afirmar a importância de se ter uma escola inclusiva, que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, a formação docente, à acessibilidade física e atendimento educacional especializado.

Em 2006, é lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que entre uma de suas atividades, busca promover as temáticas referentes às pessoas com deficiência no currículo da educação básica e o acesso, e permanência destas pessoas na educação superior, possibilitando efetivamente a inclusão. Ainda no que se refere a legislação, no ano de 2015 é instituída a Lei 13.146 denominada, Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual abrange além das questões educacionais, os aspectos sociais, de saúde, trabalho e previdência. Em especial os deveres do Estado, descritos no artigo 8º:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015).

Conforme Montoan, (2003 p. 14): “Se o que pretendemos, é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Pois, embora a

inclusão ainda seja uma prática recente é preciso que entendamos como as propostas e políticas educacionais estão considerando as diferenças na escola. As ações educativas devem acontecer de forma a contemplar a subjetividade do aluno, mesmo sendo construída no coletivo da sala de aula. Estimular as habilidades e competência dos alunos com deficiência, bem como proporcionar a convivência com as demais crianças, irá proporcionar a todos os entendimentos, que embora apresentem deficiência e limitações, poderão se desenvolver com as demais crianças.

Em pleno século XXI em algumas áreas ainda são muito difíceis dizer que há inclusão, pois, apesar de existirem Instituições de ensino, por exemplo, a APAE com ensino voltado unicamente para alunos com deficiência, muito ainda se tem a fazer. O que realmente acontece, é que a escola matricula a criança com necessidades especiais, sem que haja a adequação da estrutura física de acordo com a deficiência. É de fundamental importância que tanto os professores como os funcionários estejam preparados para receber e incluir estes alunos (ALMEIDA, 2014).

Os sistemas de ensinos estabelecem uma garantia curricular, conforme a necessidade do aluno, a educação deve atender à necessidade e convivência social de cada indivíduo, proporcionando a autonomia tanto social, quanto profissional. Fato, que muitas vezes é prejudicado pelos familiares que por zelo e preocupação acabam por fazer tudo pela criança ou adulto, é preciso que haja o entendimento da família que embora haja a deficiência ela não impede a pessoa de ter sua autonomia.

As instituições especializadas devem ter salas equipadas e professores preparados, já em algumas escolas regulares têm-se as salas de AEE, utilizadas para alunos com deficiência ou problemas de aprendizagem. Com atendimentos nos horários inversos de aula regular.

1.3 PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS

Para ter um panorama da realidade local, buscou-se dados junto à Prefeitura do município pesquisado (2020), onde as principais deficiências verificadas nas escolas de Educação Infantil no município são: o autismo nas suas diferentes especificidade e níveis, seguido de: deficiência física (ex: quadriplegia); deficiência intelectual; síndrome de Down; baixa visão e

audição; microcefalia; casos em investigação genética e, outros, denominados atrasos no desenvolvimento, enquadramento este devido à criança estar em avaliação.

Conhecer os principais aspectos de cada deficiência, possibilita ao educador a condições de planejar suas aulas de forma a facilitar o processo de ensino, aprendizagem e inserção de seus alunos. Sendo assim, e como a principal deficiência identificada no Município foi o Autismo, na sequência serão apresentadas as características comportamentais e cognitivas referentes a esta deficiência.

1.3.1 O AUTISMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) conforme Caminha (2016) refere-se a um distúrbio neurodesenvolvimental do curso cônico, identificado pelo comprometimento qualitativo do desenvolvimento e pela presença de comportamentos e/ou interesses restritos e repetitivos. Estima-se que o TEA acometa aproximadamente 60 - 70/10.000, sendo uma das doenças neurodesenvolvimentais mais frequentes na infância, com incidência maior em meninos.

O número de diagnósticos de TEA é crescente, embora não se possa afirmar que seja pelo aumento do transtorno ou pela melhoria na sua identificação clínica, visto que é conhecido como espectro de condições. Demonstrando a importância do diagnóstico e intervenção precoces favorecendo o desenvolvimento social e cognitivo.

Apresenta um conjunto de características comportamentais como: isolamento, não manter o contato visual, resistir ao contato físico, resistir ao aprendizado, não demonstrar medo diante de perigos reais, agir como se fosse surdo, birras, não aceita mudanças de rotina, usar as pessoas para pegar objetos, hiperatividade física, agitação desordenada, calma excessiva, apego e manuseio não apropriado de objetos, movimentos circulares no corpo, sensibilidade ao barulho, estereotipias, ecolalias, dificuldade para simbolizar e compreender subjetividades, esses são alguns sinais externos que ajudam a reconhecer o transtorno. (CUNHA, 2015).

Alguns, desses sintomas são perceptíveis no primeiro semestre de vida em especial até o terceiro ano, o TEA tem diferentes níveis de intensidade que muitas vezes podem estar relacionados a outras deficiências. Conforme o grau do transtorno os sinais já são evidentes

nos primeiros meses, como, por exemplo, a redução para estímulos sociais, no contato visual, e número de respostas ao ser chamado (CAMINHA, 2016).

Em sala de aula o professor precisa elaborar tarefas que busquem atender as características comportamentais e cognitivas das crianças com TEA, pois, o que funciona para uma criança pode não funcionar do mesmo modo para a outra, mesmo que ambas apresentem a mesma deficiência. Demonstrando assim, a particularidade de cada indivíduo.

O maior foco na educação escolar como afirma Cunha (2015), está no processo de aprendizagem das crianças com TEA e não nos resultados, pois, é um processo lento e obtém resultados pequenos. É preciso olhar para as crianças com um olhar diferente, compreendendo o Autismo para poder ensinar de forma correta, pois, ele precisa de um ambiente que eles se sintam bem acolhidos independente de sua deficiência.

2. A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesta seção, estuda como acontece as práticas de inclusão, as leis estabelecidas para a Educação Infantil. Os caminhos de como ter uma inclusão de aluno com deficiências. Analisando seus obstáculos, conhecendo os próprios direitos que são diversos, o aproveitamento e as qualidades indispensáveis para que possa crescer, ao máximo, as suas possibilidades, convivendo de aspectos mais adequada possível.

Nas Escola Municipais de Educação infantil (EMEIS), há práticas regulares para ser desempenhadas, temos leis para que seja recebida essas crianças com todas as categorias de deficiências, assim o aluno consegue ou não seguir seu andamento nas atividades passadas, caso contrário o aprendiz não consiga, passa a ser encaminhado uma escola da Educação Especial depois que finalizar sua etapa inicial de sua vida que é na Ed. Infantil (FERREIRA; GUIMARAES, 2003).

Como podemos ter uma definição de inclusão escolar? Como é realmente feito isso na Educação Infantil? Estamos verdadeiramente sabendo fazer isso no meio escolar dessas crianças, ou estamos apenas colocando as em nosso meio, para dizermos que estão incluídas, sempre vai ser um desafio para a educação escolar. O educador deve proporcionar atividades que abranjam todos os alunos, os que possuem alguma deficiência e também as

crianças “ditas normais”. Ressaltando que necessita conhecer os limites e as possibilidades de todos os alunos, podendo proporcionar a todos as mesmas atividades com adaptações (MANTOAN, 2003).

As instituições de Educação Infantil, oferecem situações de aprendizagem de naturezas diversas, como brincadeiras que acabam envolvendo a criança ensinando sem que perceba, porém, quando iniciam sua fase na adolescência, acabam usando muitas vezes o preconceito ao seu favor, essas circunstâncias podem ser evitadas, somos todos iguais na sociedade, uns com características diferentes do que o próximo (CURY, 2005).

Ainda para Cury (2005), é preciso observar as crianças com deficiências para ter uma boa compreensão, do que precisam, seu próprio choro tem diferença nas expressões, as crianças precisam de oportunidade e condições de desenvolvimento. É necessário fazer uma reorganização no sistema escolar para poder fazer um bom trabalho com as crianças especiais, ter uma boa adaptação no meio escolar, as mesmas estão sempre mais distanciadas do meio social, por vezes influenciada pela proteção excessiva dos pais, por medo da rejeição dos seus filhos.

As escolas têm o sentido de acolher, respeitá-la e se abrir a diversidade para que cada um possa ser valorizado em suas diferenças, tornando uma sociedade igualitária e justa para que essas crianças se tornem adultos, sem preconceito olhando para as pessoas com igualdade. Como afirma Carneiro, (2011, p. 86).

Sua trajetória histórica de não atendimento do aluno com deficiência, a escola comum não está preparada para tal tarefa, ou seja, nossa escola não é inclusiva e não sabe ser, o que significa que sua transformação no sentido de cumprimento legal e de responder positivamente aos anseios sociais, requer alterações em toda a sua dinâmica.

Nos últimos anos, temos cada vez mais as crianças com necessidades especiais inseridas nos meios escolares, sendo assim às vezes elas não são bem-vindas em nosso ambiente escolar, devido falta experiência dos profissionais, que tem uma certa resistência. O convívio com os colegas é de extrema importância para o amadurecimento de uma geração consciente e sem preconceito.

É de fundamental importância que o professor da classe, com a equipe escolar, direção e com os pais e demais pessoas que acompanham crianças com deficiência. Ter uma boa parceria para poder desenvolver atividades cognitivas para crianças, como afirma Carneiro, (2011, p. 89):

Em caso de alunos com deficiência, cada característica específica de aprendizagem deve ser considerada, passando por ações práticas na realização da aula, buscando metodologias, estratégias e recursos condizentes com as necessidades individuais, culminando em uma avaliação formativa que considere a evolução de cada um. É importante que a educação infantil se perceba imprescindível no desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência, considerando seu espaço privilegiado para oportunizar experiências significativas que possibilitarão a esses alunos permanência nos níveis mais elevados de escolarização.

Os professores da Educação Infantil precisam ter um tempo diferenciado, para arquitetar as tarefas, para que ocorra a inclusão, às atividades podem ser iguais, sendo adaptadas para criança conforme a deficiência. Olhando para essas crianças com as suas limitações, para fazer uma boa avaliação vendo no que ela avançou em suas aprendizagens, iniciando a inclusão das crianças na Educação Infantil.

Há necessidade de que os professores comuns, e os professores especializados, se reúnam para poder fazer um melhor trabalho em inclusão, desenvolvendo atividades coerentes, conforme necessidade de cada aluno inclusive na EMEIS, isso favorece todos os alunos, não apenas os incluídos. Para Carneiro, (2011 p. 92):

O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, unam esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

A inclusão na escola de Educação Infantil, veio para que as crianças se relacionem com diversos gêneros de cultura, para que sejam bem-vindas e aprendam de forma natural e

valorize as diferenças do outro, por ser como é, ninguém é igual, sendo feita a inclusão escolar e levando esse ensinamento para o restante de sua trajetória de vida.

A inserção das Crianças com deficiências nas EMEIS, é para que ela tenha experiências iguais das outras crianças da mesma idade, para que possam conter vivências com acessibilidades, como brincadeiras corporais e outras experiências iguais, necessita que a criança tenha a sensação da forma dela, por causa da deficiência e dos seus sentimentos diferenciados. As crianças com deficiência mental têm aprendizagem mais lenta. Em casos mais avançados, essas crianças devem receber atendimento especializado, isso normalmente acontece fora da instituição, para que ela possa ter mais avanços em sua aprendizagem. Como afirmam Vitta; Vitta e Monteiro (2010, p. 420-421):

Ao estudarem o discurso de professores de sala comum sobre a inclusão, verificaram que para alguns professores deficiência relaciona-se com a falta de disposição para aprender, podendo estar mais ou menos sob a responsabilidade do próprio sujeito, enquanto portador da deficiência. Alguns professores ressaltam que deveria haver uma avaliação rigorosa da criança e de suas possibilidades e necessidades antes da inclusão.

Em alguns casos se necessita de material adaptado, para a criança com deficiência, mas muitas vezes não são fornecidos pelos responsáveis. Sendo assim não se faz a inclusão necessária, e acontece a exclusão. Em alguns municípios e fornecido auxiliares para as professoras em sala de aula, ajudando o professor com as turmas. Tanto nas escolas do município como nas privadas, não tem a estrutura totalmente adequada para que possibilitem projetos inclusivos.

Muitos professores não sabem como ensinar, as crianças com deficiência, de forma correta, não encaminham a criança para atendimentos com pedagogos especializados. Ainda alguns professores, admitem não gostar de atender em sua sala de aula, alunos inclusos, mesmo sendo na educação infantil.

É preciso ter conhecimento, para desenvolver e facilitar a aprendizagem de crianças incluídas nas escolas, é preciso que o professor goste do assunto e se motive a desenvolver atividades adequadas. É preciso que esteja sempre atualizando seus conhecimentos de

forma geral, sempre se tem experiências novas em sala de aula. Como afirmam Vitta; Vitta; Monteiro. (2010, p. 425):

Para que o processo de inclusão ocorra, há necessidade da existência de uma coerência entre a maneira de ser e de ensinar do professor, além da sensibilidade à diversidade da classe e da crença de que há um potencial a explorar. A predisposição dos professores em relação à integração dos alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se estes problemas forem graves e tenham caráter permanente, é um fator extremamente condicionante dos resultados obtidos. Por isso, uma atitude positiva já constitui um primeiro passo importante, que facilita a educação destes alunos na escola integradora.

Os professores precisam de formas concretas na educação de crianças com necessidades, essas formações necessitam de conteúdos que possam compreender as diferenças, sabemos que ninguém é igual, somos todos diferentes e nas deficiências especiais isso não é diferente. Temos que atender a todas as crianças que estão na escola de forma coerente a cada necessidade das crianças.

São inúmeros os tipos de criança que sofrem exclusão nas escolas atualmente, negra, gorda, pobre, sujas, feia, com deficiência. As escolas trabalham para que os educadores se tornem únicos, igualitários na sociedade. É preciso atender as diferenças que estão junto nas escolas culturais, sociais, físicas, religiosas e racionais, é necessária uma formação básica para professores na Educação Infantil.

Para esses educadores ter uma boa formação precisa estar em desenvolvimento constante, pesquisa estudos e cursos. As crianças que passam por esses educandos nas EMEIS, são os futuros cidadãos de nossa cidade, sendo assim eles têm o direito de ter uma educação de qualidade, um espaço com estruturas de qualidade e profissionais apropriados para as atividades de habilidade.

Nas EMEIS, são crianças até 6 anos completos, após passam a frequentar as escolas de ensino fundamental. Os cursos são para educadores, como a educação especial iniciou em 1955, foram fornecidos até 1972 como a pequena especialização para os professores onde se melhora, até hoje nos dias atuais. Como afirma Alves; Tebet, (2009, p. 13):

Foi extinta a formação inicial para a Educação Especial enquanto habilitação do curso de pedagogia. Assim, após a LDB de 1996, a formação de professores de ensino especial passa a ser reconsiderada também no nível médio de ensino. Isto revela um retrocesso de 30 anos de formação destes profissionais que já estavam sendo formados em nível superior desde 1972.

As diferenças são aceitas e valorizadas por alguns, mas não por todos, esse é o grande desafio nos dias atuais, muitos professores toleram as crianças no sistema educativo. Atualmente temos no ensino superior, disciplinas que nos dão um pequeno suporte, sobre materiais e sobre adaptar, sendo assim temos uma pequena base do ensinamento. Foi inserido nas grades curriculares nos cursos superiores para que fosse possível tornar os profissionais mais bem preparados no sistema de ensino. Mas além daquilo que os professores aprendem em sua formação inicial e necessário que exista, uma contínua busca por conhecimento e aperfeiçoamento em Educação Inclusiva, atrás de formação continuada e de estudos individuais, todos os professores terão o desafio de aprender e ensinar as crianças com síndromes ou portadora de deficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando em inclusão de estudantes com deficiência, no funcionamento diário de uma escola de Educação Infantil, inevitavelmente terá um confronto com ramificações relativamente repentinhas e incoerentes em semelhança ao idealizar a educação usa-se um ponto de vista exclusivo. Diante disso podemos repensar o processo educativo inclusivo e sua eficiência, a partir desses elementos, propondo como tema de estudo a inclusão no espaço escolar, entender que todos têm o direito à vida, ao lazer, e principalmente, à educação, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas.

Devemos estar cientes, nos dias atuais, que temos um crescente no número de crianças incluídas em nossas salas de aulas. Para tanto, os professores precisam estar mais preparados, e conscientes que vamos ter essas crianças em nossas classes, precisando fazer acontecer a inclusão não apenas na turma, mas nos conteúdos adaptados, e nos meios escolares, que as demais crianças vejam seu colega, como igual e não como a criança que tem deficiência. Para que isso aconteça, o próprio professor tem que aceitar e gostar de

trabalhar com o grupo escolar e com as crianças com deficiência, quando o professor tem preconceito em trabalhar com as crianças especiais, os demais alunos notam isso, e acabam se afastando da criança.

Quando se fala em incluir a crianças nas participações das atividades propostas ou pelo menos tentar fazer com que os demais colegas acolham a crianças, criando uma rotina com ela. Assim também se ensina as demais crianças a ter uma visão diferente com as demais pessoas, ensinando que elas são iguais com alguns aspectos diferentes e cuidados especiais.

No presente trabalho, as escolas realmente não se têm estrutura, totalmente adequada para as crianças com deficiência. Os professores não estão habilitados a atender as crianças com deficiências. Falo de aspectos que se deve acontecer na inclusão das crianças na Ed. Infantil. Crianças com algumas limitações, precisam ter uma atenção muito maior no processo de ensino e no seu dia a dia, para que tenham um bom desempenho.

A pesquisa desenvolvida atende, os seus objetivos, pois, constataram o quanto é necessário o envolvimento de todos na inclusão da criança na Ed. Infantil. Que é fundamental o apoio de todos para que possa ter um excelente trabalho a incluir nas EMEIS, que precisa conhecer muito bem o processo de inclusão para que isso ocorra de forma correta na Ed. Infantil. Logo, observam-se as mudanças necessárias na escola, para que a inclusão se estabeleça, de forma correta e satisfatória a todos e principalmente a criança incluída, na pesquisa a várias formas expostas para que a inclusão seja feita de modo coerente nos objetivos. Quanto ao último objetivo pode se constatar a que se comprehende ações que favoreçam o convívio escolar e social das inclusões das crianças nos meios escolares, e conhecendo o processo de inclusão na Ed. Infantil, o principal papel do docente como mediador, e fazendo as grandes mudanças em sala de aula. Entende que todos têm o direito à vida, ao lazer e, principalmente, à educação, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas.

Percebe-se a necessidade de participação familiar no processo de aprendizagem das crianças incluídas, por vezes, os próprios pais ou responsáveis têm dificuldade e resistência em admitir a deficiência da criança, dificultando o crescimento escolar e social da mesma. Sabemos da existência de leis que decretam a inclusão, porém, há uma grande falha na aplicação das mesmas, porque às vezes faltam materiais didáticos, recursos humanos e até mesmo a fiscalização dos ambientes escolares, que pode partir do Poder Público.

Por fim, entende-se, que se faz fundamental a participação ativa de todos na construção da aprendizagem, professores, equipe escolar, familiares, governantes e a própria criança, diante de tal engajamento poderá existir uma verdadeira inclusão, comprova se desta forma que todos os objetivos foram atingidos.

Durante um curto período tive a oportunidade de trabalhar com uma criança especial, na Ed. Infantil, a mesma me ensinou muito nesse pequeno período, cada avanço que ela obtinha me emocionava muito, com ela obteve o conhecimento da falta de preparo da professora em sala de aula, e a rejeição da maioria dos colegas de classe.

Portanto, a pesquisa sobre a inclusão foi fundamental para ampliação dos meus conhecimentos como futura pedagoga e na conclusão do curso. Na realização do existente trabalho tive a oportunidade de perceber que não fiz um estudo completo, o conteúdo é muito abrangente. Pretendo continuar aprendendo sobre o assunto, tenho muita curiosidade no mesmo e muito em aprender e ampliar meus conhecimentos.

Destaca-se que a pesquisa desenvolvida emite um caráter inconclusivo, estando aberta para novas ações, se trata de um tema atual, que precisa ser refeito e planejando, para novas pesquisas e o desejo de aperfeiçoamento de estudos.

REFERÊNCIAS

_____. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei no. 13.146 de 6 de julho de 2015. Brasília. 2015. Acesso em : 20 mai. 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em : 20 mai. 2020.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constiticao.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

ALMEIDA. E. P. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: possibilidades para sua construção na escola. 2014.

Disponível em
<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4257/1/EPA06022015.pdf>> Acesso em setembro 2020.

ALVES, H. C.; TEBET, G. G.C. A formação de professores no paradigma da inclusão: a educação infantil e a educação especial em pauta. 2009. Disponível <<http://www.cadernosdetterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/114>> Acesso em setembro de 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL, Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Acesso em setembro de 2020.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação. Brasília. 2008. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CAMINHA, Vera Lúcia Prudêncio dos Santos. Et al. Autismo: Vivências e caminhos. São Paulo: Blucher, ePUB, 2016. Disponível em <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391329/completo.pdf>> Acesso em setembro de 2020.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. 2012. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124965/ISSN1809-0249-2012-08-12-81-95.pdf?sequence=1%3E>> Acesso em setembro de 2020.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, E. Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade: Eugênio - 5 ed. - Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas Inclusivas e Compensatória na Educação Básica. Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa. v.35, n.124, p.11-32, jan/abr. 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf>> Acesso em setembro de 2020.

DECHINI, C.; FERREIRA, J. M. L.; SILVA. C. Inclusão educacional e educação especial: múltiplos olhares e diversas contribuições. Uberlandia edufu, 2013. 258 p. Disponível em <<http://www.edufu.ufu.br/catalogo/ebooks-gratuitos/inclusao-educacional-e-educacao-especial-multiplos-olhares-e-diversas>> Acesso em setembro de 2020.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001. Rio de Janeiro: IBGE.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo. Editora Moderna. 2003. Disponível em <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>> Acesso em setembro de 2020.

VITTA, F. C. F.; VITTA, A.; MONTEIRO, A. S. R. Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência. 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382010000300007&script=sci_arttext#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20%C3%A9%20importante,educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20%C3%A9%20fatores%20primordiais.&text=Ressaltam%20problemas%20com%20o%20espa%C3%A7o,relativos%20%C3%A0%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor.> Acesso em setembro de 2020.

^[1] Bacharel em Administração – IMED; Licenciatura em Pedagogia – FABE; Especialização em Linguagens e Tecnologias na Educação – IFSUL, Mestranda Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

^[2] Licenciada em Pedagogia – FABE, pós-graduada em gestão e organização escolar e mestranda Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

^[3] Licenciada em Letras e em Pedagogia e mestrandona Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo.

Enviado: Dezembro, 2020.

Aprovado: Fevereiro, 2021.